



EDITAL Nº 142/2023.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA ABERTO
PROCESSO DIGITAL Nº 37659/2023

O Município de Guaíba/RS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ N° 88.811.922/0001-20, sito à Av. Nestor de Moura Jardim, n° 111, Guaíba/RS, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade “PREGÃO ELETRÔNICO”, com a finalidade de selecionar propostas para **Aquisição de 04 (quatro) veículos zero-quilômetro – Utilitário – Prefeitura Municipal de Guaíba/RS**, cujas especificações detalhadas se encontram no **ANEXO I**, que acompanha este edital.

Regem a presente licitação as Leis: Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decreto Federal nº. 10.024/2019, Decreto Municipal nº 154/2020, Lei Municipal nº 3611/2017, e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº. 123/2006, nº.147/2014 e demais legislações aplicáveis. Esta licitação será conduzida pelo Pregoeiro Oficial e equipe de apoio designado pela **Portaria Municipal nº. 478/2023**.

1. DAS DATAS E HORÁRIOS

- 1.1. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia: **06/09/2023, às 16horas**.
- 1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no **item 1.1**, até às **15:50min** do dia **06/09/2023**.
- 1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- 1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui o objeto da presente licitação **Aquisição de 04 (quatro) veículos zero-quilômetro – Utilitário – Prefeitura Municipal de Guaíba/RS**, conforme especificações indicadas no ANEXO I deste edital.
- 2.2. As empresas licitantes deverão possuir condições tais que garantam a responsabilidade, presteza, segurança e eficácia da execução do objeto, de modo a obter pleno resultado na realização dos serviços mencionados neste instrumento.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Deverão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas que estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, e que atendam todas as exigências editalícias.
- 3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 3.3. As empresas participantes deste certame deverão estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 3.4. Não será admitida a participação de empresas que se encontrarem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.



3.5. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

3.6. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital, bem como o enquadramento da Empresa.

3.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

3.8. É vedada a participação de empresas:

- a. Declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b. Sob processo de falência ou concordata;
- c. Impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;

4. DO PROCEDIMENTO

4.1. O Pregão Eletrônico dar-se-á em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do Portal de Compras Públicas.

4.2. O certame será realizado mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) da Prefeitura Municipal de Guaíba, denominado Pregoeiro, (a), com o suporte da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria Municipal nº. 478/2023**, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do **Pregão Eletrônico**.

5. DO CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS

5.1. Os licitantes, através de seus representantes legais, deverão estar previamente credenciados junto ao órgão através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Guaíba, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais erros de digitação, danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca e fabricante do produto, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e o horário limite estabelecidos.

6.2. Como requisito para participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista no Edital.

6.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico.

7. DAS PROPOSTAS DOS LANCES

7.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente



encaminhamento da proposta de preços, contendo, **marca/fabricante/modelo do produto, valor unitário (com até 02 casas decimais) e valor total**, e demais informações necessárias, até o horário previsto no preâmbulo deste edital.

7.2. A proposta deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

- A validade da proposta apresentada será de no mínimo **sessenta (60) dias**, a contar da data da sessão deste pregão.

7.3. Os fornecedores deverão inserir suas propostas dentro do sistema, até a data e horário definidos neste edital.

7.4. Para inserção de suas propostas, os fornecedores deverão observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento dos produtos solicitados neste edital.

7.5. O Pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem as exigências do edital.

7.6. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o Pregoeiro dará sequência ao certame, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

7.7. O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

7.8. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

- No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

7.9. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.10. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO POR ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

7.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.14. Se algum licitante ofertar lance que esteja em desacordo com a licitação (preços inexequíveis ou excessivos), poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o Pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

7.15. Durante a Sessão Pública, as proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.16. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultada ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes, para a recepção de lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame sem prejuízo dos atos realizados.

7.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a Sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.19. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente a proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.20. Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor



preço unitário por item e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.21. O Julgamento das propostas será feito a critério de menor preço unitário por item.

7.22. Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

7.23. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas na Lei 10.520/02.

7.24. Não serão aceitos pedidos de desclassificação de lances após o término da etapa de lances.

7.25. Não serão aceitos pedidos de desclassificação de lances quando não ficar evidenciado claramente se tratar de preço inexequível.

7.26. É responsabilidade do licitante acompanhar o processo no Portal de Compras Públicas, durante todas as suas fases, incluindo avisos, desclassificações de empresas, propostas, lances, negociações, recursos, contrarrazões de recursos e demais atos que serão comunicados exclusivamente no chat do referido portal de compras enquanto perdurar o certame.

8. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Aos pedidos de esclarecimentos e impugnações ao ato convocatório do Pregão serão recebidas, exclusivamente através de formulário específico no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), em **até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2. Caberá ao pregoeiro responder aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento dos mesmos, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e do Termo de Referência.

8.3. Deferida na íntegra a impugnação do ato convocatório, poderá ser designada nova data para realização do certame conforme o caso.

8.4. Ao final da sessão, declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer através do sistema eletrônico, registrando a síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar os memoriais no prazo de **03 (três) dias**. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

8.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação ao vencedor do certame.

8.6. Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

8.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.8. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

8.9. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

8.10. Os recursos e contrarrazões de recurso serão recebidos exclusivamente pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br, e deverão ser dirigidos ao Pregoeiro que deverá receber, examinar e submetê-lo a autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência.

8.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o objeto à **empresa vencedora**, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal N. 8.666/93.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre



que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portal.de.compraspublicas.com.br.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 16.3.4 letra f deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo estipulado no portal, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

10.1.4. O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 8.2 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

10.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado pelo pregoeiro, não ultrapassando a 48 horas.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

12.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do



lance de menor valor.

12.3. Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

12.6. Serão rejeitadas as propostas que:

- Sejam incompletas, isto é, não conterem informação (ões) suficiente (s) que permita (m) a perfeita identificação do material licitado;
- Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

12.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

12.8. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

12.9. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

12.10. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica, inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação, de que **trata** o item 14, enviados nos termos da cláusula 7.2, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 14.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.4. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.3. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13.4. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Antes da abertura da sessão pública, as licitantes interessadas deverão enviar, concomitantemente com a proposta e, exclusivamente por meio eletrônico, no site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br, os documentos relacionados no item **14.2.** Deste edital e seus subitens. Após o encerramento da negociação pelo pregoeiro o licitante provisoriamente vencedor deverá enviar sua proposta adequada ao último lance ofertado, em conformidade com o modelo ANEXO III, no prazo de até 02 (duas) horas, exclusivamente por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.



OBS: Não será necessário o envio de documentação física desde que passível de verificação de sua autenticidade.

14.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos a seguir relacionados:

14.2.1. Proposta de preço com os valores reajustados àqueles encerrados no final da sessão ou, caso haja, o valor da negociação, ou mesmo a proposta inicial quando for o caso;

14.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado, ainda, de documentos de eleição de seus administradores; e registro comercial, no caso de empresa individual;

14.2.3. Cédula de identidade ou CPF do representante legal da empresa;

14.2.4. Declarações, sob as penas da Lei, assinadas pelo representante legal da empresa, especificando o que segue abaixo: (MODELO - ANEXO III).

a) Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

b) Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 consolidada pela Lei nº. 8.883/93;

c) Que atende a norma no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;

d) Que tem pleno conhecimento do edital, aceitando todas as condições estabelecidas no mesmo;

e) Da inexistência, no quadro da empresa, de sócios com vínculos de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidores que atuem na Secretaria Municipal de Licitações e Contratos; na Secretaria/Diretoria, servidor responsável pela elaboração de projeto básico; ou relação de parentesco com o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Diretores Municipais.

f) Que, sob as penas da lei, a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação como () **microempresa** ou () **empresa de pequeno porte**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 6.204/2007 artigo 11. (Para Micro ou empresa de pequeno porte se for o caso, marcar com um "X" na opção correta).

OBS.: As condições estabelecidas da letra "a" até "f", poderão estar descritas em um único documento (original), em uma via, constando (CNPJ – ENDEREÇO- RAZÃO SOCIAL – NÚMERO DA LICITAÇÃO, e assinatura do representante legal da empresa).

14.2.5. Prova de regularidade de situação perante o **FGTS**, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.2.6. Prova de regularidade quanto aos **tributos federais**, abrangendo inclusive os relativos à **seguridade social**, e à **dívida ativa da União**, emitida pelo Ministério da Fazenda;

14.2.7. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede do licitante, contemplando todos os tributos de competência da esfera;

14.2.8. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante, contemplando todos os tributos de competência da esfera;

14.2.9. Certidão negativa de débitos trabalhistas – **CNDT**;

14.2.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

14.2.11. Certidão de Falência e Concordata, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura da licitação;

14.2.12. Certidão Simplificada atualizada emitida pelo Cartório de Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) em que conste a condição de ME, EPP e demais beneficiadas. Na impossibilidade legal da emissão desta certidão, deverá apresentar declaração do contador, sob as penas da lei, que se enquadra na situação de beneficiário da Lei Complementar 123/2006; (**QUANDO FOR O CASO**);

14.2.13. No julgamento das certidões referentes à regularidade fiscal e trabalhista apresentadas pelas participantes, serão observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em especial seus arts. 42 e 43. Havendo alguma restrição quanto às certidões mencionadas no item anterior, no caso das beneficiárias da Lei 123/2006, será assegurado à licitante beneficiada o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a apresentação de nova documentação sem restrições.

14.2.14. Não terá direito ao prazo previsto no item anterior a licitante que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à regularidade fiscal ou trabalhista.



14.2.15. A não-correção da documentação relativa à regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo constante do subitem 14.2.13, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Pregão, sendo facultado a Prefeitura Municipal de Guaíba convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

14.2.16. Não serão aceitos documentos em cópias não autenticadas, nem documentos com prazo de validade vencido, sob pena de ser inabilitada a empresa ou entidade que assim se comportar.

14.2.17. Serão aceitos documentos emitidos via internet, os quais serão devidamente verificados sua autenticidade.

14.2.18. De preferência, os documentos para habilitação deverão estar sinalizados na parte superior direita a que número do item do edital se refere.

14.2.19. O CNPJ da Nota Fiscal deverá coincidir com o CNPJ da Empresa Licitante, salvo nos casos em que a licitante seja a Matriz e a Nota Fiscal seja emitida pela Filial, neste caso a Filial deverá estar com seus documentos fiscais com data de validade em vigor e apresentados juntamente com os documentos da Matriz.

OBS.: A Autenticação de documentos pela equipe de apoio e fotocópias de documentos serão cobrados pelo município de Guaíba de acordo com valores de taxas de expediente que deverão ser consultados na Secretaria Municipal da Fazenda.

15. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

15.1. O prazo de vigência da contratação é até **31/12/2023**, data do término da vigência dos créditos orçamentários, observado o prazo de entrega previsto no contrato e Anexo I- Especificações do Objeto.

15.2. Se a **empresa vencedora** deixar de entregar os produtos dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

16. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a **empresa vencedora** a:

16.1.1. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir do recebimento do Empenho, em local indicado pela secretaria solicitante, em horário compreendido entre das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 mediante agendamento prévio. Não serão aceitas entregas fora dos horários informados.

16.1.2. Carregar e disponibilizar o (s) produto (s) no local (is) indicado (s) constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

16.1.3. O recebimento do veículo será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

16.1.4. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Protocolo Geral da Prefeitura, antes de expirar o prazo de entrega estipulado.

16.1.5. Garantir na entrega dos veículos contra defeitos de fabricação e, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

16.1.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

16.1.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra intempéries durante o transporte.

16.1.9. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local e quantidades indicadas dos objetos adjudicados, bem como despesas com transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

16.1.11. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e seus anexos.

16.1.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por



quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

16.1.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1. As entregas dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento quanto à descrição dos itens serão fiscalizados pelo Município de Guaíba, através dos respectivos fiscais, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

17.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município e terá as seguintes atribuições:

17.2.1. Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta apresentada, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.

17.2.2. Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.

17.2.3. Agir e decidir em nome do Município, inclusive, para rejeitar a (s) mercadoria (s) fornecida (s) em desacordo com as especificações ou quantidades solicitadas.

17.2.4. Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do (s) produto (s).

17.2.5. Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o (s) produto (s) entregue (s) ao que foi solicitado.

17.2.6. Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

17.2.7. Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento.

17.2.8. Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

17.2.9. Solicitar a abertura de Processo Administrativo Especial de Licitações e Contratos (PAELC), nos termos deste instrumento, à empresa vencedora que descumprir as obrigações assumidas.

17.2.10. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

18. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. O pagamento será efetuado em até trinta (30), contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente. A nota fiscal somente será liberada após cumprimento total do objeto, de acordo com este edital.

18.2. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

18.3. Deverá constar na nota fiscal, os dados bancários para pagamento (banco, agência, nº. da conta), bem como o número do empenho correspondente.

18.4. O pagamento será efetuado pela Tesouraria Municipal, em horário de expediente. Caso o dia de pagamento seja feriado, o mesmo será transferido para o primeiro dia útil seguinte.

18.5. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail da secretaria municipal responsável pelo pedido.

18.6. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação:

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Código Reduzido: 1043.

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Ação: 8126 – Funcionamento Infraestrutura

Vínculo: 5000001 – Recurso Livre

Subelemento: 34490525200000000000 - Veículos de tração mecânica



19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos:

I - Advertência - nos casos de:

- a) Desistência parcial da proposta, sem justificativa;
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, sem justificativa;

II - Multas – administrativas, após regular processo administrativo:

- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
- b) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
- c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo sobre o valor do produto e/ou da proposta global de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) conforme o caso e as razões;
- d) Recusa do adjudicatário em assinar o contrato, a Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação sem justo motivo, aplica-se as penas o disposto no art. 81 da Lei nº 8666/93 e multa de 5% (cinco por cento);
- e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, após regular processo administrativo:

- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo até 01 (um) ano;
- c) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

V - As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

VI - Ocorrendo atraso na execução do objeto contratado será aplicada multa moratória de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de **20 %** (vinte por cento) sobre o valor total do pedido/ contrato.

VII - Da abertura de processo administrativo para aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

VIII - Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Estado ou Jornal de Grande Circulação no município.

20. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1. O descumprimento total ou parcial da contratação por parte da **CONTRATADA** ensejará a mesma, a rescisão contratual com as consequências contratuais e legais previstas no Art. 77, 78 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a apresentação da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA FINANCEIRA** submete-a a aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto da licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.



21.2 É dispensado o instrumento do contrato na forma do Art. 62, § 4º - bens de entrega imediata e integral, regulando-se a contratação pelos termos deste Edital e da legislação pertinente.

21.3. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo exigível, ainda, a qualquer tempo, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 43, § 3º da Lei Federal 8666/93.

21.4. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas neste edital.

21.5. O MUNICÍPIO reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, **sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.**

21.6. A presente licitação reger-se-á pelos dispositivos contidos nesta Edital e pelas disposições da Lei N. 10520/02 e pela Lei 8666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e, no que couber.

21.7. Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como no site da Prefeitura de Guaíba (guaiba.atende.net), link licitações.

21.8. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das, na Prefeitura Municipal de Guaíba, ou pelo telefone (51) 3480-7000 – Ramal: 3142 e e-mail: compras@guaiba.rs.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.9. A Prefeitura Municipal localiza-se na Av. Nestor de Moura Jardim, nº 111, Centro - Guaíba – RS – CEP: 92.704-300, e o horário de atendimento ao público é das 9h às 17h30min, de segunda à sexta-feira.

21.10. Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO
- ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE E-MAIL
- ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA
- ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Guaíba/RS, 15 de agosto de 2023.

Mauro da Rosa Royes
SECRETÁRIO ADJUNTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO I

1 – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de veículos zero km um tipo Utilitário, através de recurso livre, objetivando atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos – Prefeitura Municipal de Guaíba/RS, de uso exclusivo da Secretaria.

2 – JUSTIFICATIVA: A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Guaíba/RS vem trabalhando diariamente em prol dos munícipes. Contudo são muitas as demandas diárias e ações realizadas pela Secretaria, tais demandas, em vários casos constitui elevado grau de complexidade e imprevisibilidade para o atendimento necessário nos bairros de Guaíba/RS. Estes atendimentos externos da Secretaria de Infraestrutura e viagens para região metropolitana. Em muitas das vezes não há tempo hábil da secretaria realizar os trâmites de agendamentos de veículos e motoristas da prefeitura, devido o a alta demanda de obras em andamento. Para que possamos cobrir esta demanda se faz necessária a aquisição destes veículos, para que possamos ter à disposição da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos o veículo 24h por dia, para realizar as rotinas de trabalho no município de Guaíba/RS.

3 – ESPECIFICAÇÕES:

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	VALOR DE REFERÊNCIA R\$
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.			
1	04 Unidades	AUTOMOVEL ZERO KM: VEÍCULO NOVO ZERO KM, ANO/MODELO 2023 OU SUPERIOR - TIPO UTILITÁRIO, COM CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, COM CAÇAMBA ABERTA CONTENDO OS SEGUINTE: AJUSTE DO BANCO DO MOTORISTA, ALARME ANTIFURTO CHAVE COM TELECOMANDO COMANDOS DE ÁUDIO NO VOLANTE, DETALHES EXTERNOS NA COR DO VEÍCULO, DIREÇÃO ELÉTRICA, FARÓIS DE NEBLINA, MOTOR MÍNIMO 1.3 , MÍNIMO 100 CV, PORTA-LUVAS ILUMINADO, RÁDIO COM ENTRADA USB, RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS, RODAS EM LIGA LEVE 15' + PNEUS 195/65 R15, SENSOR DE ESTACIONAMENTO, SENSOR DE MONITORAMENTO DA PRESSÃO DOS PNEUS, TERCEIRA LUZ DE FREIO, TRAVAS ELÉTRICAS, VIDRO TRASEIRO TÉRMICO, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, PELÍCULAS DE PROTEÇÃO SOLAR NOS VIDROS LATERAIS E DIANTEIROS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, EXCETO NO DIANTEIRO QUE DEVE SER TOTALMENTE TRANSPARENTE VISOR DE 3,5 TFT AIR BAG LATERAL ,AIRBAG DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO), ALÇA DE SEGURANÇA LADO PASSAGEIRO, ALERTA DE USO DO CINTO DE SEGURANÇA PASSAGEIRO, ALERTAS DE USO DE CINTO DE SEGURANÇA DO MOTORISTA, APOIA-PÉ PARA O MOTORISTA, APOIOS DE CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA, APOIOS DE CABEÇA TRASEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA, AR-CONDICIONADO, CAPOTA MARÍTIMA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, COMPUTADOR DE BORDO, CONSOLE CENTRAL COM PORTA-OBJETOS E PORTACOPOS, CONTA-GIROS CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE, E-LOCKER - CONTROLE DE TRAÇÃO AVANÇADO (TC+) ,ESPELHO NO PARA-SOL LADOS MOTORISTA E PASSAGEIRO FOLLOW ME HOME, FREIOS ABS COM EBD, GANCHO UNIVERSAL PARA FIXAÇÃO CADEIRA CRIANÇA (ISOFIX), GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA, GRADE DE PROTEÇÃO NO VIDRO TRASEIRO, GRADE FRONTAL NA COR PRETA, HILL HOLDER (SISTEMA ATIVO FREIO COM	R\$ 132.600,00



	<p>CONTROLE ELETRÔNICO QUE AUXILIA NAS ARRANCADAS DO VEÍCULO EM SUBIDA), HODÔMETRO DIGITAL (TOTAL E PARCIAL), INDICADOR DE COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE TROCA DE MARCHA LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS, LUZ DE ILUMINAÇÃO DA CAÇAMBA LUZ DE LEITURA, LUZES DE POSIÇÃO DIURNAS MOLDURA DOS PARA-LAMAS, PARA-CHOQUE TRASEIRO COM ESTRIBOS ANTIDERRAPANTES, PORTA OBJETOS NAS PORTAS, PORTA-ESCADAS, PREDISPOSIÇÃO PARA RÁDIO, PREPARAÇÃO PARA RÁDIO (CABEAMENTO E CHICOTE), PROTETOR DE CAÇAMBA, PROTETOR DE CÁRTER REVESTIMENTO DO VÃO DE CARGA COMPLETO, SUSPENSÃO ELEVADA, SUSPENSÃO TRASEIRA COM EIXO ÔMEGA E MOLAS PARABÓLICAS VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA , ENTREGA EM ATÉ 45 DIAS, SEM REGISTRO ANTERIORES , COM TODA SUA DOCUMENTAÇÃO E DEMAIS ITENS COM DATA DE VALIDADE EM VIGOR NA DATA DE ENTREGA.</p> <p>GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) ANOS OU NO MÍNIMO 100.000 (CEM MIL) QUILOMETROS (O QUE FOR PRIMEIRO). O FABRICANTE /MONTADORA DEVERÁ CERTIFICAR AO CONTRATANTE QUE AS ADAPTAÇÕES (ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS) A SEREM IMPLEMENTADOS NO VEÍCULO NÃO COMPROMETE A GARANTIA DE 3 ANOS.</p> <p>VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA. ENTREGA EM ATÉ 45 DIAS.</p>	
--	---	--

3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital;

3.2 – Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

3.3 – Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos no Edital;

3.4 – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 – A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.2 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, acompanhado da respectiva Nota Fiscal;

4.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.4 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.5 – As despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos decorrentes da entrega do (s) objeto (s) correrão por conta da contratada;

4.6 – Os custos com tributos, encargos financeiros, frete e emplacamento, deverão estar inclusos no preço proposto.



5 – CONDIÇÕES DE GARANTIA:

5.1 – Garantia de troca do produto que estiver fora da especificação, com defeito de fabricação ou danos no transporte no prazo de 48 horas, após a entrega;

5.2 – Garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 03 (três) anos ou 100.000 (cem mil) quilômetros (o que for primeiro). O fabricante /montadora deverá certificar ao contratante que as adaptações (acessórios e equipamentos) a serem implementados no veículo não comprometem a garantia de 03 anos.

6 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

6.1 – A entrega deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias após recebimento do empenho, na Secretaria de Mobilidade Urbana e Segurança, localizada na Avenida Nestor de Moura Jardim, nº 111, Centro, Guaíba/RS, CEP 92700-400, em dia útil e em horário de funcionamento do setor administrativo, com cuidados do Secretário Alessandro dos Santos Alves.

7 – CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:

7.1 – Até 30 (trinta) dias após a liquidação da referida despesa, através de Nota Fiscal.

7.2 - O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado e documentado

7.3 - O pagamento dos custos desta aquisição ocorrerá através de Recursos de Emenda Impositiva, incluídas na seguinte Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Código Reduzido: 1043.

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Ação: 8126 – Funcionamento Infraestrutura

Vínculo: 5000001 – Recurso Livre

Subelemento: 34490525200000000000 - Veículos de tração mecânica

Guaíba, 11 de agosto de 2023.

IVAN TORRES BARCELOS
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

“PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2023.

A EMPRESA:, CNPJ nº:, ENDEREÇO: ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL SR, CPF Nº:, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, VEM DECLARAR EXPRESSAMENTE QUE ATÉ ESTA DATA:

- a)** Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b)** Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 consolidada pela Lei nº. 8.883/93;
- c)** Que atende a norma no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
- d)** Que tem pleno conhecimento do edital, aceitando todas as condições estabelecidas no mesmo;
- e)** Declaração, em papel timbrado do licitante, firmado por pessoa legalmente habilitada, da inexistência, no quadro da empresa, de sócios com vínculos de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidores que atuem na Secretaria Municipal de Licitações e Contratos; na Secretaria/Diretoria, servidor responsável pela elaboração de projeto básico; ou relação de parentesco com o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Diretores Municipais.

CARIMBO
NOME DO REPRESENTANTE
ASSINATURA



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

EMPRESA	
CNPJ	
REPRESENTANTE LEGAL	
LICITAÇÃO/ CONTRATAÇÃO DIRETA	

A empresa identificada acima declara, para fins de comunicação dos atos pertinentes a este processo de licitação e contratação pública e nos termos do Decreto Municipal nº 057/2021, que seu endereço eletrônico é este abaixo:

ENDEREÇO(S) DE E-MAIL	
-----------------------	--

No caso de pregões eletrônico, na falta de menção ao endereço eletrônico declarado, será utilizado aquele previamente cadastrado no Portal de Compras Públicas.

Guaíba, ____ de ____ de 2023.

CARIMBO
NOME DO REPRESENTANTE
ASSINATURA



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2023

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-mail.....

2 – A proponente declara conhecer os termos do edital que rege a presente contratação, regulada pelo Edital PE nº ___/2023.

OBJETO LICITADO – DESCRIÇÃO DO OBJETO

3 - Aquisição de 04 (três) veículos zero-quilômetro – Utilitário – Prefeitura Municipal de Guaíba/RS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	-	04	-	-

4- Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 142/2023**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.

Ainda, assumimos a responsabilidade integral pela fiel compatibilidade entre os detalhes especificados no Edital e o material a ser fornecido e dos demais prazos e condições nele estabelecidos.

Declaramos, finalmente, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa contratação no presente processo licitatório, e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Guaíba, de de 2023.



ANEXO V.

MINUTA DE CONTRATO

Que celebram o Município de Guaíba e a
Empresa _____

O Município de Guaíba/RS, neste ato representado por seu titular, Sr. **MARCELO SOARES REINALDO**, Prefeito Municipal, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, estabelecida à _____, nº. _____, Bairro _____, no Município de _____, neste ato representada pelo Sr. _____, sócio proprietário, CI/SSP/RG nº. _____, CPF nº. _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado o que adiante segue: O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se pelas Leis Federais nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e 10.520/2002, assim como especificações constantes no **Edital nº. 142/2023**, modalidade **Pregão Eletrônico** pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1ª - Objeto do Contrato:

Aquisição de 04 (três) veículos zero-quilômetro – Utilitário – Prefeitura Municipal de Guaíba/RS, conforme especificações abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	VALOR DE REFERÊNCIA R\$
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.			
1	04 Unidades	AUTOMOVEL ZERO KM: VEÍCULO NOVO ZERO KM, ANO/MODELO 2023 OU SUPERIOR - TIPO UTILITÁRIO, COM CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, COM CAÇAMBA ABERTA CONTENDO OS SEGUINTE: AJUSTE DO BANCO DO MOTORISTA, ALARME ANTIFURTO CHAVE COM TELECOMANDO COMANDOS DE ÁUDIO NO VOLANTE, DETALHES EXTERNOS NA COR DO VEÍCULO, DIREÇÃO ELÉTRICA, FARÓIS DE NEBLINA, MOTOR MÍNIMO 1.3 , MÍNIMO 100 CV, PORTA-LUVAS ILUMINADO, RÁDIO COM ENTRADA USB, RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS, RODAS EM LIGA LEVE 15' + PNEUS 195/65 R15, SENSOR DE ESTACIONAMENTO, SENSOR DE MONITORAMENTO DA PRESSÃO DOS PNEUS, TERCEIRA LUZ DE FREIO, TRAVAS ELÉTRICAS, VIDRO TRASEIRO TÉRMICO, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, PELÍCULAS DE PROTEÇÃO SOLAR NOS VIDROS LATERAIS E DIANTEIROS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, EXCETO NO DIANTEIRO QUE DEVE SER TOTALMENTE TRANSPARENTE VISOR DE 3,5 TFT AIR BAG LATERAL ,AIRBAG DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO), ALÇA DE SEGURANÇA LADO PASSAGEIRO, ALERTA DE USO DO CINTO DE SEGURANÇA PASSAGEIRO, ALERTAS DE USO DE CINTO DE SEGURANÇA DO MOTORISTA, APOIA-PÉ PARA O MOTORISTA, APOIOS DE CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA, APOIOS DE CABEÇA TRASEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA, AR-CONDICIONADO, CAPOTA MARÍTIMA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, COMPUTADOR DE BORDO, CONSOLE CENTRAL COM PORTA-OBJETOS E PORTACOPOS, CONTA-GIROS CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE, E-LOCKER - CONTROLE DE TRAÇÃO AVANÇADO (TC+) ,ESPELHO NO PARA-SOL LADOS MOTORISTA E PASSAGEIRO FOLLOW ME HOME, FREIOS ABS COM EBD, GANCHO UNIVERSAL PARA FIXAÇÃO CADEIRA CRIANÇA (ISOFIX), GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA, GRADE DE PROTEÇÃO NO VIDRO TRASEIRO, GRADE	R\$ 132.600,00



	<p>FRONTAL NA COR PRETA, HILL HOLDER (SISTEMA ATIVO FREIO COM CONTROLE ELETRÔNICO QUE AUXILIA NAS ARRANCADAS DO VEÍCULO EM SUBIDA), HODÔMETRO DIGITAL (TOTAL E PARCIAL), INDICADOR DE COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE TROCA DE MARCHA LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS, LUZ DE ILUMINAÇÃO DA CAÇAMBA LUZ DE LEITURA, LUZES DE POSIÇÃO DIURNAS MOLDURA DOS PARA-LAMAS, PARA-CHOQUE TRASEIRO COM ESTRIBOS ANTIDERRAPANTES, PORTA OBJETOS NAS PORTAS, PORTA-ESCADAS, PREDISPOSIÇÃO PARA RÁDIO, PREPARAÇÃO PARA RÁDIO (CABEAMENTO E CHICOTE), PROTETOR DE CAÇAMBA, PROTETOR DE CÁRTER REVESTIMENTO DO VÃO DE CARGA COMPLETO, SUSPENSÃO ELEVADA, SUSPENSÃO TRASEIRA COM EIXO ÔMEGA E MOLAS PARABÓLICAS VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA , ENTREGA EM ATÉ 45 DIAS, SEM REGISTRO ANTERIORES , COM TODA SUA DOCUMENTAÇÃO E DEMAIS ITENS COM DATA DE VALIDADE EM VIGOR NA DATA DE ENTREGA.</p> <p>GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 (TRÊS) ANOS OU NO MÍNIMO 100.000 (CEM MIL) QUILOMETROS (O QUE FOR PRIMEIRO). O FABRICANTE /MONTADORA DEVERÁ CERTIFICAR AO CONTRATANTE QUE AS ADAPTAÇÕES (ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS) A SEREM IMPLEMENTADOS NO VEÍCULO NÃO COMPROMETE A GARANTIA DE 3 ANOS.</p> <p>VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA. ENTREGA EM ATÉ 45 DIAS.</p>	
--	--	--

Parágrafo Único: Toda e qualquer alteração nos serviços e/ou compra ora contratados, somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização e através de Termo Aditivo, nos termos do art. 65, parágrafo 1º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2ª - Preços e Condições de Pagamento: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição do objeto do presente contrato, o valor total de R\$ (.....).

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado junto a Tesouraria da Prefeitura Municipal de Guaíba, em horário de expediente, 30 (trinta) dias após o aceite oficial da nota fiscal/fatura, referente ao bem adquirido junto a CONTRATADA. Caso o dia de pagamento seja feriado ou sem expediente na Prefeitura de Guaíba, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

3ª Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Código Reduzido: 1043.

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Ação: 8126 – Funcionamento Infraestrutura

Vínculo: 5000001 – Recurso Livre

Subelemento: 34490525200000000000 - Veículos de tração mecânica

4ª – Da garantia dos veículos: A contratada deverá realizar a troca do produto que estiver fora da especificação, com defeito de fabricação ou danos no transporte no prazo de 48 horas, após a entrega;

Parágrafo Primeiro: A contratada deverá prestar garantia integral dos veículos contra defeitos de fabricação de no mínimo 03 (três) anos ou 100.000 (cem mil) quilômetros (o que for primeiro). O fabricante/montadora



deverá certificar ao contratante que as adaptações (acessórios e equipamentos) a serem implementados no veículo não comprometem a garantia de 03 anos.

5ª – Da Assinatura do Contrato: O comunicado para assinatura do contrato partirá da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos e o representante legal **terá 04 (quatro) dias úteis** para proceder a assinatura do mesmo, recebendo cópia no ato. O não comparecimento no prazo determinado no item anterior poderá acarretar a suspensão do contrato e posterior contratação do próximo classificado no processo licitatório.

6ª - Prazo da Entrega: O prazo para entrega do objeto se dará no máximo em **45 (quarenta e cinco) dias** após assinatura deste termo bem como o recebimento do Empenho, *podendo* ser prorrogado conforme a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei nº. 10.520/2002, a critério da administração.

Parágrafo único: O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana do Município de Guaíba, telefone 51. 3480.7050, horário das 8 horas às 11:30min e das 13:30min às 16:30min de segunda à sexta-feira, devidamente LICENCIADO E EMPLACADO EM NOME DA PREFEITURA DE GUAÍBA, sem registros anteriores, com todas suas documentações e demais itens com data de validade em vigor.

7ª - Da Inexecução e Rescisão do Contrato: descumprimento total ou parcial do presente Contrato por parte da **CONTRATADA** ensejará a mesma, a rescisão contratual com as conseqüências contratuais e legais previstas no Art. 77, 78 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8ª - O atraso injustificado na entrega do bem ora licitado sujeitará a **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, as sanções administrativas especificadas no presente **Edital nº.142/2023** e no Art. 87, incisos I, I, III e IV da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9ª - Das Sanções e Penalidades Contratuais: Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a **CONTRATADA** sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos:

I - Advertência - nos casos de:

- a) Desistência parcial da proposta, sem justificativa;
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, sem justificativa;

II - Multas – administrativas, após regular processo administrativo:

- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
- b) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
- c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo sobre o valor do produto e/ou da proposta global de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) conforme o caso e as razões;
- d) Recusa do adjudicatário em assinar o contrato, a Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação sem justo motivo, aplica-se as penas o disposto no art. 81 da Lei nº 8666/93 e multa de 5% (cinco por cento);
- e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, após regular processo administrativo:

- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo até 01 (um) ano;
- c) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento: até 02 (dois) anos.



IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

V- As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

VI- Ocorrendo atraso na execução do objeto contratado será aplicada multa moratória de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de **20 %** (vinte por cento) sobre o valor total do pedido/contrato.

VII - Da abertura de processo administrativo para aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

VIII- Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Estado ou Jornal de Grande Circulação no município.

IX - As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores.

X- As multas aplicadas não impedem o Município de rescindir unilateralmente o Contrato, e, ainda, quando for o caso, aplicar outras sanções previstas na Lei.

XI- A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Guaíba, a mesma deverá confirmar o recebimento das mensagens provenientes da contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

10ª Do Acompanhamento e Fiscalização: I - O acompanhamento e fiscalização da execução do presente Contrato será realizado pelo fiscal Sr.(a)....., devendo atestar, na Nota Fiscal, a correta execução dos serviços pela CONTRATADA, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto contratual, nos termos do art. 67 da LF n.º 8.666-93.

II - O Fiscal verificará, igualmente, o cumprimento dos termos contidos no presente instrumento, solicitando correção, quando não atendidos os termos do que foi previsto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

III - Qualquer fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, feita em seu exclusivo interesse, não implica co-responsabilidade pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

11ª - Das Disposições Gerais: A Administração Municipal reserva-se ao direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, bem como anulá-lo por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, decorrentes de fatos supervenientes comprovados pertinentes e suficientes para justificar tal conduta.

- As questões eventualmente suscitadas por este instrumento ou durante a sua execução serão resolvidas de acordo com as normas estabelecidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou se for o caso, de acordo com as normas administrativas vigentes no Município.

12ª - Fica eleito o Foro da Comarca de Guaíba/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais divergências relativas ao presente contrato.

E, assim estando justos e Contratados, firmam o presente instrumento **em 05 (cinco) vias de igual teor** e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Guaíba, de de 2023.

MARCELO SOARES REINALDO
Prefeito Municipal

Contratada